

BLEY, PUNARO

*militar; rev. 1930; interv. ES 1930-1935; gov. ES 1935-1937; interv. ES 1937-1943.

João Punaro Bley nasceu em Montes Claros (MG) no dia 14 de novembro de 1900, filho do engenheiro João Bley Filho e de Maria Punaro Barata.

Estudou no Grupo Escolar de Teófilo Otoni (MG), no Colégio Diocesano São José no Rio de Janeiro – para onde sua família se transferiu em 1907 – e, de 1913 a 1917, no Colégio Militar de Barbacena (MG). Em 1918, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, de onde saiu aspirante a oficial de artilharia em 1920. Nesse mesmo ano, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, optando, em seguida, por servir no 4º Regimento de Artilharia, sediado em Curitiba, onde então trabalhava seu pai.

Promovido a segundo-tenente em maio de 1921 e a primeiro-tenente em setembro do ano seguinte, não se engajou na revolta militar deflagrada em julho de 1922, que iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. Afirmou, entretanto, em apontamentos de memórias inéditas, que simpatizava com a causa dos insurretos. Em janeiro de 1924, casou-se com Alzira Herondina Donat Bley, com quem viria a ter três filhas.

Com a eclosão de novos levantes militares a partir de julho de 1924 em São Paulo, Sergipe e Amazonas, foi requisitado para colaborar na repressão ao movimento. Partiu para São Paulo no dia 13 de julho, integrando ao estado-maior do grupo de artilharia comandado pelo tenente-coronel Mário Alves Monteiro Tourinho. Contudo, segundo afirmou em suas memórias, “suspeito de simpatia pela causa revolucionária, nosso grupo de artilharia foi dissolvido, [tendo sido] separadas as baterias, e fomos mandados fazer parte do estado-maior do destacamento do general Carlos Arlindo, que tentava fechar o cerco a São Paulo do lado da serra do Mar”. Permaneceu na frente de batalha durante dez dias, mas não chegou a entrar em ação. Em relação ao movimento, declarou em suas memórias que “embora tomados de surpresa, tal como ocorreu em 1922, era inegável nossa simpatia pela causa revolucionária, e teríamos passado para o seu lado se não tivéssemos encontrado a cidade praticamente cercada pelas tropas legais”. Acrescentou que eram frequentes os contatos que mantinha com militares revolucionários, então considerados desertores.

De volta a Curitiba em agosto, teria exercido as funções de secretário do Comitê Revolucionário de Curitiba, responsável pelo manejo de um código secreto. Em setembro,

foi novamente convocado, dessa vez para combater os revolucionários que haviam abandonado a capital paulista e invadido o Paraná, estabelecendo seu quartel-general em Foz do Iguaçu. Integrado às forças em operação no estado do Paraná, sob o comando do general Cândido Mariano da Silva Rondon, combateu até maio de 1925, quando os insurretos, reunidos a revolucionários gaúchos, já haviam formado a Coluna Prestes, a qual iniciou então a marcha que, ao longo de quase dois anos, levou-a a percorrer 13 estados brasileiros. Por seu desempenho na campanha paranaense, recebeu elogios dos coronéis Mário Tourinho e Sousa Castro, comandante do 10º Batalhão de Caçadores.

Em 1928 exerceu a função de auxiliar de instrutor de artilharia na Escola Militar do Realengo e no ano seguinte ingressou na Escola de Estado-Maior do Exército. Em setembro de 1930, foi promovido a capitão.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

Com a eclosão do movimento revolucionário de 3 de outubro de 1930, foi designado para combater as forças que se haviam rebelado no Espírito Santo. No dia 8, embarcou para Vitória a fim de assumir a chefia do estado-maior do coronel José Armando Ribeiro de Paula, nomeado para o comando da tropa integrada pelo 3º Batalhão de Caçadores (BC) e a Polícia Militar do estado. Junto com ele, embarcaram para a capital capixaba 13 sargentos e sete oficiais, entre os quais os tenentes Sadi Martins Viana e Celso Lobo, companheiros da guarnição paranaense e também simpatizantes dos revolucionários. As forças legalistas não contavam com uma situação muito favorável no Espírito Santo. Os efetivos do 3º BC e da Polícia Militar eram reduzidos, mal armados e infiltrados de elementos oposicionistas. As forças legais contavam ainda com dois “batalhões patrióticos”, precariamente organizados por empreiteiros de estradas de rodagem e constituídos por operários recrutados em troca da promessa de soldo, roupas e alimentação. Ameaçado de invasão por três colunas vindas de Minas Gerais, o estado teve ordem de mobilização geral emitida pelo presidente Aristeu Aguiar. Todavia, o coronel Fernando Abott, comandante da 3ª Circunscrição de Recrutamento, simpatizava com os revolucionários e boicotou a ordem do presidente.

Por outro lado, abalada pela crise de 1929, que atingira a sua principal fonte de riqueza – a cafeicultura –, a população do estado também dava reduzido apoio à situação. O governo

estadual se impopularizara com a violenta repressão à caravana da Aliança Liberal em fevereiro de 1930, e o funcionalismo público já não recebia seus salários em dia havia vários meses.

Diante das notícias de aproximação das forças mineiras, Aristeu Aguiar abandonou o estado na manhã do dia 16. Assumiu o governo o coronel Ribeiro de Paula, que recebeu ordens do governo federal para comandar a resistência aos revolucionários. Em pouco tempo, porém, o estado passou a pleno controle das tropas vindas de Minas, enquanto o 3º BC aderiu à revolução, e o coronel Ribeiro de Paula partiu para o Rio de Janeiro.

No dia 19 de outubro formou-se no Espírito Santo a junta governativa revolucionária, constituída pelo desembargador João Manuel de Carvalho, o advogado Afonso Correia Lúrio e o capitão Punaro Bley, oficial da mais alta patente no estado, já que o coronel Abott viajara para o Rio.

NO GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO

No dia 14 de novembro, Punaro Bley foi nomeado interventor federal no Espírito Santo, embora fosse um oficial sem tradição no estado e carente de experiência na administração pública. Em suas memórias, explicou a nomeação afirmando que os dois outros membros da junta, embora opositores de Washington Luís, eram adversários na esfera local. Assim, iniciaram intensa disputa pela interventoria, o que levou o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, a optar por seu nome – apoiado pela Associação Comercial de Vitória – como alternativa alheia às questões regionais, capaz de ser aceita pelas facções em luta.

Vindo do Rio de Janeiro, onde recebeu sua nomeação, Punaro Bley chegou a Vitória no dia 21 de novembro e tomou posse no dia seguinte. Na investidura, apresentou seu programa de governo, que enfatizava a recuperação das combalidas finanças estaduais. Ao assumir o cargo, transferiu para 1932 sua matrícula na Escola de Estado-Maior, onde cursaria a segunda série.

Com a irrupção da Revolução Constitucionalista de São Paulo em julho de 1932, Punaro Bley quis retornar às fileiras do Exército para combatê-la. Como outros interventores, enviou a Getúlio Vargas telegrama de solidariedade, deslocando para a frente de combate dois batalhões da polícia estadual e as tropas do 3º BC. Após a derrota do movimento,

cumprimentou Vargas por sua atitude diante dos vencidos, que qualificou de “magnânima e tolerante”.

Embora os paulistas tivessem sido derrotados em 1932, Getúlio decidiu promover a reconstitucionalização do país, convocando eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em maio de 1933. Na maioria dos estados, os interventores federais tomaram a iniciativa de organizar partidos para concorrer ao pleito, congregando as forças que passaram à situação com a vitória da Revolução de 1930. No Espírito Santo, Punaro Bley foi um dos líderes do Partido Social Democrático (PSD), que elegeu a maioria dos deputados à Constituinte e hipotecou apoio à candidatura de Vargas à presidência da República, como os demais partidos patrocinados pelos interventores nos estados.

Nas eleições estaduais de 1934, o PSD capixaba elegeu 16 deputados, contra oito do Partido da Lavoura – que reunia as forças derrotadas pela revolução – e um do Partido Proletário – oposição com tendência à esquerda. Além de elaborar a nova Constituição do estado, a Assembleia eleita tinha a incumbência de escolher dois senadores federais e o novo governador do estado. O candidato do PSD, majoritário, era o próprio interventor Punaro Bley.

Os partidos oposicionistas, reunidos nas Oposições Coligadas, não aceitaram o nome do interventor e, conseguindo a adesão do deputado federal Asdrúbal Soares, pessedista dissidente, lançaram-no como candidato, o que lhes valeu quatro votos de parlamentares do PSD. A oposição contava agora com a maioria na Assembleia e poderia eleger o governador.

Diante da inversão do quadro político, Punaro Bley tentou obter o voto do único deputado do Partido Proletário, Gilberto Gabeira. Este, conforme narra Punaro Bley em suas memórias, filiou-se de início à oposição, mas, “precisado de dinheiro, por intermédio de Carlos Marciano de Medeiros, ofereceu-se para passar para o nosso lado, por 50 contos pagos com repugnância. Ficou conosco até que, por cem contos, passou-se para o Partido da Lavoura”.

Procurando evitar a derrota de seu partido, Punaro Bley passou a articular, por sugestão do tenente-coronel Gustavo Cordeiro de Farias, que fora seu instrutor na Escola Militar, uma proposta de conciliação em torno do nome de Jerônimo Monteiro Filho, herdeiro político de uma das facções do Partido da Lavoura, com a finalidade de dividir a oposição. Para si,

o interventor reservava a candidatura a uma das cadeiras no Senado. Desse modo, conseguiu recuperar a posição majoritária na Assembleia.

Nesse ínterim, contudo, alguns membros da direção do PSD, entre os quais Carlos de Medeiros, decidiram relançar a candidatura de Punaro Bley, o qual assinou com Jerônimo Monteiro Filho um “pacto de honra”. Nos termos desse acordo, firmado no dia 1º de abril de 1935, Punaro Bley seria eleito governador, e Jerônimo Monteiro, senador, o que de fato ocorreu no pleito realizado no dia seguinte.

Com a decretação do Estado Novo (10/11/1937), Punaro Bley, que apoiou a medida, foi confirmado no cargo, agora novamente na qualidade de interventor federal. Em março de 1940 foi promovido a major, e em 1942 retomou o curso da Escola de Estado-Maior do Exército. Em janeiro de 1943 deixou a interventoria.

Sua administração no Espírito Santo se caracterizou inicialmente pela tentativa de pacificar as correntes políticas que disputavam sua preferência. Assentou as bases para o saneamento das finanças do estado, através da reorganização do Serviço de Tomada de Contas e do resgate de empréstimos, à vista e com abatimento de juros. No que se refere à educação, procedeu à instalação da Faculdade de Direito do estado e à oficialização da Faculdade de Farmácia e Odontologia, além de criar a Escola Prática de Agricultura e desencadear a campanha de nacionalização do ensino nas áreas de colonização estrangeira.

DE VOLTA À CARREIRA MILITAR

Em março de 1943, Punaro Bley assumiu o cargo de diretor comercial da Companhia Vale do Rio Doce, no qual permaneceu até maio de 1947. Promovido a tenente-coronel em dezembro de 1944 e a coronel em agosto de 1951, comandou o Regimento Escola de Artilharia, na Vila Militar do Rio de Janeiro, de 1952 a 1953. Entre 1953 e 1955, esteve adjunto à 3ª Seção do Estado-Maior do Exército e foi chefe de sua 5ª Seção (geografia e história).

Durante a gestão do general Henrique Teixeira Lott no Ministério da Guerra, foi por algum tempo subchefe de seu gabinete e chefe da Divisão de Pesquisas e Estudos do ministério. Promovido a general de brigada em março de 1958, ano em que comandou a Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ), em 1961 exerceu as funções de comandante da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria, na Vila Militar do Rio de Janeiro, e

de comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria, sediada em Juiz de Fora (MG).

Passou para a reserva em novembro de 1962, no posto de general de exército. Com a dissolução dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, integrou o primeiro diretório nacional da Aliança Renovadora Nacional (Arena), agremiação formada pelas forças responsáveis pelo movimento político-militar de 1964.

Durante sua carreira militar, além dos postos já citados, comandou o Forte Marechal Luz, em São Francisco do Sul (SC), e cursou a Escola Superior de Guerra.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 20 de abril de 1983.

Era casado com Alzira Bley, com quem teve duas filhas.

Seu arquivo pessoal se encontra depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio.

Renato Lemos

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. JOÃO PUNARO BLEY; CONSULT. MAGALHÃES, B.; DERENZI, L. *Biografia; Encic. Mirador*; CURRIC. BIOG.; B.; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos; Jornal do Brasil* (21/4/1983); MOREIRA, J. *Dic.*; NOVAIS, M. *História*; OLIVEIRA, J. *História*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1935.